



Prev

SANTA CATARINA

RELATÓRIO
ANUAL
2020

Mensagem da Diretoria

O relatório anual do OABPrev-SC, ainda que resumido, é muito mais do que uma obrigação estatutária ou uma prestação de contas. É o democrático sistema para informar e estreitar o relacionamento com o participante, apresentando os resultados financeiros decorrentes de aplicações seguras e conservadoras, visando salvaguardar o que cada um tem de mais importante: a segurança e proteção futura.

Com essas informações dispostas de forma didática, cada participante pode interagir com a Entidade e somar esforços no aperfeiçoamento constante da administração do seu patrimônio e de seu plano de benefício. E confirmar que está participando de moderno, seguro e rentável plano de aposentadoria programada.

Apesar das dificuldades enfrentadas desde o início da pandemia do Covid-19, o OABPrev-SC vive hoje um excelente momento, com 8.440 participantes e mais de R\$ 210 milhões em ativos, com uma gestão plural, transparente e intensamente fiscalizada e auditada por órgãos e regulamentos oficiais, bem como Conselhos Deliberativo e Fiscal qualificados e atuantes, e que ajudam a torná-la cada vez mais sólida e referência nacional. O fato de 2020 ter sido um dos anos mais difíceis para a humanidade representou um desafio para o OABPrev-SC, exigindo adaptações que garantissem a segurança de participantes e equipe, ao mesmo tempo em que mantivessem a agilidade do trabalho e do atendimento.

É compensador verificar que o crescimento que sempre nos acompanhou foi preservado, apesar das dificuldades inerentes a um mundo vivenciando uma pandemia. Mesmo com a grande volatilidade do mercado financeiro durante todo o ano de 2020, conseguimos acumular uma rentabilidade positiva de 4,25%, o que equivale a 153% do CDI no mesmo período. É importante registrar, portanto, que os resultados alcançados comprovam a seriedade com que o OABPrev-SC trabalha por seus participantes e familiares.

Em 2020 o OABPrev-SC teve mais um motivo para agradecer, que foram os 15 anos de existência, completados em maio, do primeiro fundo de pensão da advocacia brasileira, que fez de Santa Catarina a referência para as demais OABs do país, que copiaram o modelo catarinense com o aval do Conselho Federal. É sempre um orgulho lembrar que tudo começou aqui, em solo catarinense.

Também em 2020 foram finalizados os processos de encaminhamento e aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc de alteração do Estatuto e do Regulamento do OABPrev-SC, quando vários pequenos ajustes e correções foram promovidos e nova redação para alguns artigos, tornando mais claro o texto e facilitando a compreensão para que os participantes estejam sempre esclarecidos acerca do regramento que rege o fundo de previdência da advocacia.

Para 2021 as metas não mudam: inspirar a advocacia catarinense, orientando e incentivando o pensar a longo prazo, sempre com uma gestão responsável e próspera, que visa um futuro mais sólido para todos aqueles que estão conosco nessa trajetória. Vamos continuar, juntos, a construir o OABPrev-SC do futuro.

Finalizamos externando a nossa solidariedade a todas as famílias tocadas pela tragédia da pandemia e que hoje convivem com a lembrança dos entes queridos que partiram na luta contra a doença. Que possamos todos encontrar forças para seguir em frente, sempre apoiados pelos laços da amizade, do companheirismo, do afeto e da presença dos que nos cercam.

Márcio Sachet
Diretor Presidente

Luis Fabiano de A. Giannini
Diretor de Seguridade

Yuri Carioni Engelke
Diretor Adm. e Financeiro

Orgãos Estatutários

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Sachet - Diretor Presidente

Yuri Carioni Engelke - Diretor Administrativo e Financeiro

Luís Fabiano de Araújo Giannini - Diretor de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

Ezair José Meurer Jr.

Eni Terezinha Aragão Duarte

Júlio César de Souza

Célio Dalcanale

Jorge David Pacheco

Marion Elisabete da Silva

Suplentes

Kliwer Schmitt

Handerson Rodrigues

CONSELHO FISCAL

Rycharde Farah

Eliane Emília Machado Pacheco

Paulo Henrique Rocha Faria Jr.

Jefferson Mário Santana

Suplentes

Juliana Borinelli Franzoi

Dilnei Marcelino Jr

Sumário

1. Demonstrações Contábeis 2020	5
2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis	12
3. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	29
4. Gestão de Participantes	33
5. Demonstrativo de Investimento	34
6. Informações Segregadas de Despesas dos Planos de Benefícios 2020	40
7. Política de Investimentos	42
8. Parecer Atuarial	51
9. Parecer do Conselho Fiscal 2020	54
10. Manifestação do Conselho Deliberativo 2020	56

1. Demonstrações Contábeis 2020

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL SANTA CATARINA - OABPREV-SC - CNPJ 86.897.105/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 CONSOLIDADO

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO		2020	2019
DISPONÍVEL	(Nota 4)	481	282
REALIZÁVEL		209.579	193.462
Gestão Previdencial	(Nota 5)	1	1
Gestão Administrativa	(Nota 6)	147	148
Investimentos	(Nota 7)	209.431	193.313
Fundos de Investimento		209.431	193.313
PERMANENTE	(Nota 8)	597	623
Imobilizado		597	623
TOTAL DO ATIVO		210.657	194.367

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 CONSOLIDADO

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

PASSIVO		2020	2019
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(Nota 9)	787	834
Gestão Previdencial		664	714
Gestão Administrativa		123	120
PATRIMÔNIO SOCIAL		209.870	193.533
Patrimônio de Cobertura do Plano		206.457	190.794
Provisões Matemáticas	(Nota 11)	206.457	190.794
Benefícios Concedidos		15.779	16.049
Benefícios a Conceder		190.678	174.745
Fundos		3.413	2.739
Fundos Administrativos	(Nota 13)	3.413	2.739
TOTAL DO PASSIVO		210.657	194.367

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 CONSOLIDADA

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	193.533	169.010	14,51%
1. Adições	38.877	44.838	-13,29%
(+) Contribuições Previdenciais	27.284	27.222	0,23%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.842	15.393	-42,56%
(+) Receitas Administrativas	2.637	2.041	29,20%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	114	182	-37,36%
2. Destinações	(22.540)	(20.315)	10,95%
(-) Benefícios	(20.517)	(18.430)	11,32%
(-) Despesas Administrativas	(2.023)	(1.885)	7,32%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	16.337	24.523	-33,38%
(+/-) Provisões Matemáticas	15.663	24.188	-35,24%
(+/-) Fundos Administrativos	674	335	0,00%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	209.870	193.533	8,44%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PLANO DE BENEFÍCIOS OABPREV-SC - CNPB 2004002956

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	190.794	166.606	14,52%
1. Adições	36.191	42.673	-15,19%
(+) Contribuições	27.349	27.279	0,26%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.842	15.394	-42,56%
2. Destinações	(20.528)	(18.485)	11,05%
(-) Benefícios	(20.517)	(18.429)	11,33%
(-) Custeio Administrativo	(11)	(56)	-80,36%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.663	24.188	-35,24%
(+/-) Provisões Matemáticas	15.663	24.188	-35,24%
4. Operações Transitórias/Migrações	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	206.457	190.794	8,21%
C) Fundos não previdenciais	673	335	100,90%
(+/-) Fundos Administrativos	673	335	100,90%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PLANO DE BENEFÍCIOS OABPREV-SC - CNPB 2004002956

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
1. Ativo	210.534	194.247	8,38%
Disponível	445	279	59,50%
Recebível	3.414	2.741	24,55%
Investimento	206.675	191.227	8,08%
Fundos de Investimento	206.675	191.227	8,08%
2. Obrigações	664	714	-7,00%
Operacional	664	714	-7,00%
3. Fundos não Previdenciais	3.413	2.739	24,61%
Fundos Administrativos	3.413	2.739	24,61%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	206.457	190.794	8,21%
Provisões Matemáticas	206.457	190.794	8,21%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019 CONSOLIDADO

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CNPB 2004002956

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.739	2.404	13,94%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.751	2.223	23,75%
1.1. Receitas	2.751	2.223	23,75%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	65	60	8,33%
Custeio Administrativo dos Investimentos	847	914	-7,33%
Receitas Diretas	1.594	958	66,39%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	114	182	-37,36%
Outras Receitas	131	109	20,18%
2. Despesas Administrativas	(2.023)	(1.888)	7,15%
2.1. Administração Previdencial	(1.976)	(1.848)	6,93%
Pessoal e encargos	(843)	(799)	5,51%
Treinamentos/congressos e seminários	(30)	(49)	-38,78%
Viagens e estadias	(5)	(57)	-91,23%
Serviços de terceiros	(412)	(294)	40,14%
Despesas gerais	(508)	(493)	3,04%
Depreciações e amortizações	(42)	(42)	0,00%
Tributos	(136)	(114)	19,30%
2.2. Administração dos Investimentos	(47)	(40)	17,50%
Serviços de terceiros	(47)	(40)	17,50%
3. Constituição / Reversão de Contingências	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(54)	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	674	335	101,19%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	674	335	101,19%
8. Operações Transitórias/Migrações	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.413	2.739	24,61%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

PLANO DE BENEFÍCIOS OABPREV-SC - CNPB 2004002956

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	207.122	191.508	8,15%
1. Provisões Matemáticas	206.458	190.794	8,21%
1.1. Benefícios Concedidos	15.779	16.049	-1,68%
Contribuição Definida	15.779	16.049	-1,68%
1.2. Benefício a Conceder	190.679	174.745	9,12%
Contribuição Definida	190.679	174.745	9,12%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	-	0	0,00%
Saldo de contas - parcela participantes	190.679	174.745	9,12%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	0,00%
3. Fundos	-	-	0,00%
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
4. Exigível Operacional	664	714	-7,00%
4.1. Gestão Previdencial	664	714	-7,00%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	0,00%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL SANTA CATARINA - OABPREV-SC

CNPJ 86.897.105/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARATIVAS COM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina -OABPREV-SC é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes. Autorizado a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 125 de 08 de outubro de 2004, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade principal de administrar o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Santa Catarina – PBPA. São instituidores do PBPA, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina – OAB/SC e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Santa Catarina – CAASC e em dezembro de 2017 foi aprovado o convênio de adesão para ser Instituidor a Cooperativa de Crédito Mútuo dos advogados de Santa Catarina – Sicoob Advocacia.

O OABPREV-SC tem sede e foro na Avenida Hercílio Luz, 639 - sala 211 – Centro, Florianópolis – SC, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-SC tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposentadoria por invalidez; e (c) pensão por morte do participante ativo ou assistido.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SC com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez total e permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o OABPREV-SC possuía as seguintes quantidades de participantes e assistidos e média de idade:

	2020	Idade Média 2020	2019	Idade Média 2019
Ativos	8287	36,15	7807	35,54
Assistidos	105	58,73	105	57,73
Total	8.392		7.912	

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, reeditada pela Instrução PREVIC nº. 11, de 3 de dezembro de 2018, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões e Planos distintos (Previdencial e Administrativo) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum aos Planos Previdencial e Administrativo, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa - PGA e suas funções são as seguintes:

- **Gestão Previdencial:** Registra as atividades de cunho Previdencial do plano de benefícios administrado, destinadas a constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade;
- **Gestão Administrativa:** Funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuário o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade. É responsável pela administração plena da entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados do Plano Previdencial;
- **Fluxo dos Investimentos:** Destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela entidade e do PGA.

Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis que regem o sistema fechado de previdência complementar: Balancetes do Plano de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme disposto nas Resoluções CNPC nº 29/2018, CGPC nº 29/2009 e Instrução PREVIC nº 34/2009, reeditada pela Instrução PREVIC nº. 11/2018, tem como objetivo controlar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa de forma segregada do plano previdencial, em conformidade com o regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. O PGA foi constituído, inicialmente, com o patrimônio do fundo administrativo existente no balancete do Plano de Benefícios Previdenciais em 31 de dezembro de 2009, representados pelo ativo permanente, pelo montante dos recursos aplicados em fundos de investimentos em renda fixa e os realizáveis da Gestão Administrativa. Tais recursos compreendem reservas administrativas (Fundo Administrativo) cuja utilização está prevista no regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

A legislação contábil aplicável às EFPCs prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis consolidados:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado;
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;
- III - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA; e
- IV – Notas explicativas.

Além dos relatórios consolidados, os normativos contábeis também exigem a apresenta o das seguintes demonstra es contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela entidade:

- I - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL;
- II – Demonstração do Ativo Líquido - DAL; e
- III - Demonstração das Provisões Técnicas – DPT.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições (adições) previdenciais são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios, e fundamento contábil contido na Resolução CNPC 29/2018.

b) Provisões Matemáticas

São apuradas com base nos saldos de contas individuais vertidos através de contribuições aportadas pelos participantes e sinistros pagos pela seguradora, atualizados pela rentabilidade dos investimentos, representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição individual do plano previdencial e plano de gestão administrativa e consolidada da entidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A administração do OABPREV-SC considera que os valores contabilizados são adequados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) estimativa de fluxos de caixa futuros para classificação de investimentos como “Mantidos até o vencimento”, ii) não realização de provisão para perda de Investimentos, iii) valores a pagar à Seguradora pelo benefício adicional de risco, iv) as provisões matemáticas, e v) as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, reeditada pela Instrução PREVIC nº. 11, de 3 de dezembro de 2018 e Resolução CGPC nº. 29, de 31 de agosto de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio apartado do plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos) e reciprocidades repassadas pela seguradora responsável pela comercialização dos planos previdenciais, deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos do plano.

As receitas administrativas previdenciais e de investimentos do PGA são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº. 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial está representado por valores a receber previdenciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 05.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Os recursos garantidores do OABPREV-SC estão aplicados em Fundos de Investimentos. As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, com base no valor da quota do patrimônio, demonstradas pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade em 31 de dezembro de cada ano.

f) Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Imóveis	4%

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes dos direitos aos benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e tributárias.

h) Critério para constituição e reversão das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciais foram calculadas de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estão registradas em conformidade com os relatórios atuariais.

i) Critério para constituição e reversão do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios Previdenciais, em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. É constituído pela sobra e revertido pela insuficiência de recursos administrativos.

4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes no fundo fixo de caixa e nas contas correntes bancárias, reconhecidas por seus valores em moeda nacional. O OABPREV-SC possui os seguintes saldos no Fundo Fixo de Caixa e em Contas Correntes no dia 31 de dezembro de 2020 e 2019:

R\$ mil		
Imediato	2020	2019
Fundo Fixo de Caixa	1	1
Bancos Conta Movimento	470	275
Banco do Brasil	0	4
Caixa Econômica Federal	112	115
OABCRED - SICCOB	358	156
Bancos Carteira Administrativa	10	6
Carteira Itaú	-	6
Carteira Bradesco	10	-
Total	481	282

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

O valor registrado no realizável da gestão previdencial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam os seguintes saldos relativos a contribuições a devolver aos participantes.

R\$ mil		
Outros Realizáveis	2020	2019
Devolução de Contribuição	1	1
Total	1	1

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, discriminados a seguir.

	R\$ mil	
Realizavel da Gestão Administrativa	2020	2019
Responsabilidade de Terceiros	145	144
Integralização de Cotas	145	144
Despesas Antecipadas	2	4
Seguros, Impostos e Taxas	2	4
Total	147	148

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade possui gestão compartilhada entre o Plano de Benefícios Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa. Os recursos encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia - CBLC.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a alocação dos investimentos em garantia das reservas técnicas estão apresentados a seguir:

	R\$ mil	
Fundos de Investimentos	2020	2019
Referenciado	1.309	678
Itaú Soberano DI LP	1.309	678
Multimercado	208.122	192.635
Mongeral Aegon OABPrev SC FIM	88.460	84.503
Somma OABPrev SC FI Multimercado	76.416	73.444
Mongeral Aegon Multimercado IN	-	1.967
Vinci OABPREV SC FIM Cred Privado	40.610	32.721
MAG Global Sustainable FIM IE	2.636	-
Total	209.431	193.313

Os recursos previdenciais investidos pelo OABPREV-SC obtiveram a seguinte rentabilidade mensal durante o exercício social de 2020.

Ano de 2020- Base mensal	Rentabilidade	CDI	% CDI
Janeiro	0,05%	0,38%	13,16%
Fevereiro	-0,84%	0,29%	-289,66%
Março	-3,82%	0,34%	-1123,53%
Abril	0,47%	0,28%	167,86%
Maió	1,39%	0,24%	579,17%
Junho	1,36%	0,22%	618,18%
Julho	1,44%	0,19%	757,89%
Agosto	-0,10%	0,16%	-62,50%
Setembro	0,37%	0,16%	231,25%
Outubro	0,11%	0,16%	67,75%
Novembro	2,10%	1,15%	1400%
Dezembro	1,77%	0,16%	1106,25%
Total 2020	4,25%	2,77%	153,43%

8. PERMANENTE

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações, 20% para equipamentos de informática, e 4% para bens imóveis cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de janeiro de 2009.

	R\$ mil	
	2020	2019
Permanente	597	623
Imobilizado	597	623
Operacional Corpóreo	597	623
Bens Móveis	70	80
Móveis e Utensílios	30	36
Custo	126	124
(-) Depreciação	(96)	(88)
Computadores e Periféricos	15	14
Custo	108	103
(-) Depreciação	(93)	(89)
Instalações	3	4
Custo	8	8
(-) Depreciação	(5)	(4)
Máquinas e Equipamentos	22	26
Custo	51	51
(-) Depreciação	(29)	(25)
Bens Imóveis	527	543
Sala Comercial 211	266	281
Custo	392	392
(-) Amortização	(126)	-111
Sala Comercial 210	162	171
Custo	212	212
(-) Amortização	(50)	-41
Benfeitorias	99	34
Custo	106	38
(-) Amortização	(7)	-4
Benfeitorias	-	57
Custo	-	57

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2021. Os saldos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentados a seguir.

	R\$ mil	
Exigível Operacional da Gestão Previdencial	2020	2019
IRRF s/ Benefícios de Renda Mensal	12	15
IRRF s/ Resgates	115	128
Adiantamento de Contribuições	1	5
Mongeral Aegon Seguros Privados	536	568
Outras Exigibilidades	-	1
Total	664	714

b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher que vencem em janeiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam os seguintes valores:

	2020	2019
Fundo Administrativo	3.413	2.739
Cobertura do Ativo Permanente	597	623
Sobrecarga Administrativa	1.481	1.335
Fundo Especial para Contingências	1.335	781

10. PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários OABPREV-SC.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário que é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial. Foram utilizados pelo atuário os seguintes indicadores na avaliação Atuarial de 2020 do plano previdencial administrado pelo OABPREV-SC.

a) Indexador Econômico: Cota Patrimonial

b) Taxa anual de juro atuarial: 4,24% a.a.

- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável
- d) Crescimento real médio dos benefícios do Plano: não aplicável
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável

Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável;
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: BR-EMsSB-2015 f
- b) Entrada em Invalidez: não aplicável
- c) Mortalidade de Inválidos: BR-EMsSB-2015 f

Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: não aplicável
- b) Geração Futura: não aplicável

Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar
- b) Composição familiar: considera-se a estrutura familiar informada

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), cabe ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de Benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual. A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

O detalhamento das rubricas contábeis que compõem os saldos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados na Demonstração das Provisões Técnicas - DPT.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL - FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta o seguinte saldo:

	2020	2019
Fundo Administrativo	3.413	2.739
Cobertura do Ativo Permanente	597	623
Sobrecarga Administrativa	1.481	1.335
Fundo Especial para Contingências	1.335	781

Por determinação da Diretoria Executiva, os fundos administrativos foram segregados entre: Cobertura do Ativo Permanente, resultado da posição no mês do Ativo Permanente; Fundo Especial de Contingências, formado pela dotação especial quando da constituição da entidade, oriunda do IASASC, deduzido de despesas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e Sobrecarga Administrativa, resultado da diferença entre receitas e despesas administrativas. Durante o exercício não houve utilização do Fundo Especial.

12. MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – GESTÃO PREVIDENCIAL

As mutações patrimoniais do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

I. Adições

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial;

Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

II. Deduções

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial;

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade;

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

A composição da mutação patrimonial do plano previdencial está detalhada na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano.

13. RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos investidos através do Plano de Gestão Administrativa.

a) Taxa de carregamento

Representa a taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

b) Custeio Administrativo dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

c) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da Entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

d) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto para as administrações previdencial e dos investimentos.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial.

b) Administração Investimento

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos.

Os valores detalhados das receitas e despesas administrativas relacionadas à administração previdencial e dos investimentos estão apresentados na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

14. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento fechado de previdência complementar as demonstrações contábeis devem ser apresentadas segregadas por Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa e também consolidadas. O OABPREV-SC ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, anulou através do balancete auxiliar a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio consolidado da Entidade:

Participação no PGA		R\$ mil
Conta Contábil	Nome da Conta	Valor
1.2.2.3	Participação no Plano de Gestão administrativa	3.413
2.3.2.2.02	Participação no Plano de Gestão administrativa	3.413

15. PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate que compõem as provisões técnicas do plano previdencial).

16. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores dos Planos administrados pela Entidade foram efetivados, nos exercícios sociais de 2020 e 2019, em estrita observância à Resolução CMN nº 4.661/2018, e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

a) Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 3º, § 2º da Resolução CGPC nº. 12/2002 o OABPrev-SC terceiriza a gestão da sua carteira própria, dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante contratação da Somma Investimentos, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.299/0001-06, CVM 721-0, Mongeral Aegon Investimentos Ltda, CNPJ sob nº 16.500.294/0001-50, CVM 12799 e Vinci Gestão de Patrimônio Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 13.421.810/0001-63, CVM 11.836, instituições especializadas na gestão de recursos de terceiros.

b) Custódia

De acordo com o art. 13 da Resolução CMN nº. 4.661/2018, os serviços de custódia e tesouraria são prestados pelo Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, CVM: 19348, que atua como agente custodiante desde 04/01/2013, bem como a BNY Mellon Banco S.A., CNPJ sob o nº 42.272.526/0001-70, CVM 4620, que atua como agente custodiante desde 11/07/2014 e Banco Bradesco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ 60.746.948/0001-12, CVM 12432, que atua como agente custodiante desde 12/04/2019.

São responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável, em contas próprias do OABPrev-SC.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Previc publicou em 20 de agosto de 2020 a Instrução Previc nº 31/2020, que alterou a forma da política de registros relacionados eventos ocorridos nos planos de benefícios e no plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações que possuem reflexos nas demonstrações financeiras do OABPREV-SC estão apresentadas a seguir.

17.1. REGISTRO DAS DESPESAS DIRETAS DOS INVESTIMENTOS

As despesas diretas de investimentos passaram ser contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos com o objetivo de padronizar os registros, evitando reconhecer despesas diretas dos investimentos no Plano de Gestão Administrativa. Foram abertas no plano de contas contábeis rubricas específicas para recepcionar tais despesas no grupo do fluxo dos investimentos.

- I – Custódia e controladoria das carteiras de investimentos
- II – Taxa de administração de investimento na gestão terceirizada dos recursos
- III – Tributos diretamente incidentes sobre os investimentos
- IV – Serviços de avaliação e reavaliação dos investimentos
- V – Taxas condominiais, seguros e manutenção dos imóveis
- VI - Gastos necessários para a recuperação dos investimentos

17.2. PRAZOS E PERCENTUAIS PARA O REGISTRO DAS PROVISÕES PARA PERDAS INCORRIDAS

Foram alterados os prazos e percentuais para a constituição das perdas incorridas para os créditos de liquidação duvidosa vencidos e vincendos. Os prazos e percentuais utilizados a partir de janeiro de 2021 são os seguintes:

- I - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;

IV - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;

V - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;

VI - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e

VII - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

17.3. REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas registradas no plano de gestão administrativa, que até 31 de dezembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração (previdencial e de investimentos), e também em virtude das características aos planos administrados (comuns e específicas), passaram a ser registradas de forma consolidada, sendo suprimida a segregação nos balancetes contábeis entre as administrações previdencial e de investimentos, e também entre os planos. Em virtude da apuração da participação dos planos previdenciais no fundo administrativo, a Entidade permanece controlando de forma gerencial as despesas comuns e específicas alocadas em cada plano.

17.4. OUTRAS ALTERAÇÕES

A estrutura de plano contábil estabelecida pela Previc, com utilização a partir de 1º de janeiro de 2021, segregou alguns itens patrimoniais de mutações patrimoniais para demonstrar de forma clara e transparente as operações previdenciais e administrativas. A atualização do plano de contas contábil não altera os resultados dos planos administrados pelo OABPREV-SC.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2020.

**EZAIR JOSE
MEURER
JUNIOR:00857**
Assinado de forma digital por EZAIR JOSE MEURER JUNIOR:00857382985
Dados: 2021.02.25

382985

11:04:14 -03'00'

Ezair José Meurer Junior
Diretor Presidente
CPF 008.573.829-85

**GERALDO DE
ASSIS SOUZA
JUNIOR:7159**
Assinado de forma digital por GERALDO DE ASSIS SOUZA JUNIOR:71590137604
Dados: 2021.02.09

0137604

12:46:49 -03'00'

Geraldo de Assis Souza Júnior
Contador – CRC/MG 069.483/O-9
CPF 715.901.376-04

**YURI CARIONI
ENGELKE:053
46110950**
Assinado de forma digital por YURI CARIONI ENGELKE:05346110950
Dados: 2021.03.04
10:02:04 -03'00'

3. Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores do

OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 06 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável pela elaboração dessas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os as-

suntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de conti-

nuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2021.

EXACTO AUDITORIA S/S

CRC/RS 1.544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES

CRC/RS 30.361

4. Gestão de Participantes

O Plano de benefícios OABPrev SC em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2020 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

Descrição	Valores
*Participantes Ativos	8287
*Participantes Aposentados	59
*Benefícios de Pensão	46
*Instituidor	3
**Contribuições Recebidas	R\$ 26.472.934,97
**Portabilidades Recebidas	R\$ 518.766,68
**Pagamentos de Resgates	R\$ 8.853.936,44
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 2.341.197,86
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 851.023,51

* Posição em 31/12/2020

** Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

5. Demonstrativo de Investimentos – 2020

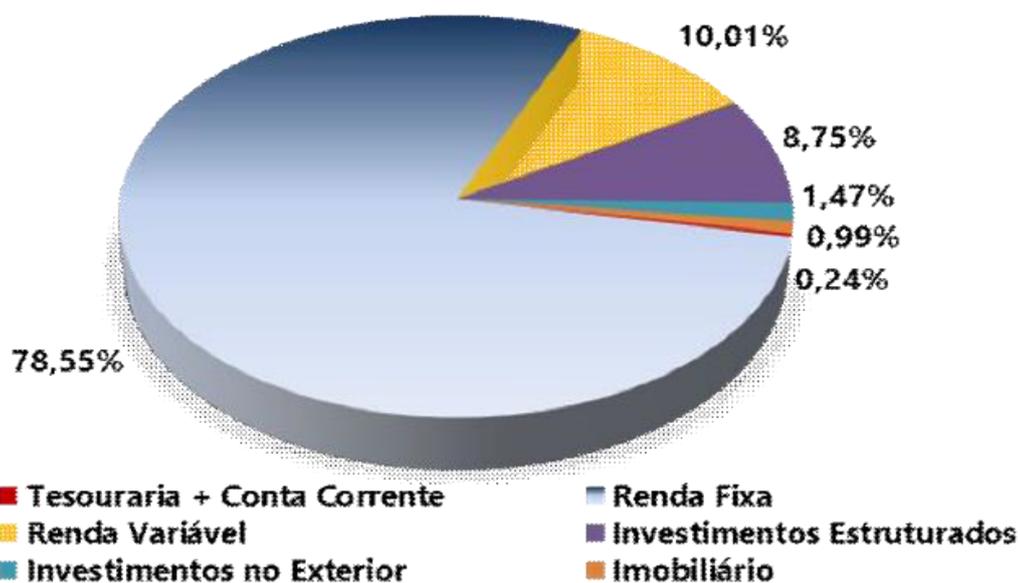
Conforme Resolução MPS/CNPC Nº23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, o OABPrev-SC vem por meio deste relatório, disponibilizar aos participantes as informações referente aos investimentos da Entidade durante o ano de 2020.

QUADRO 01 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

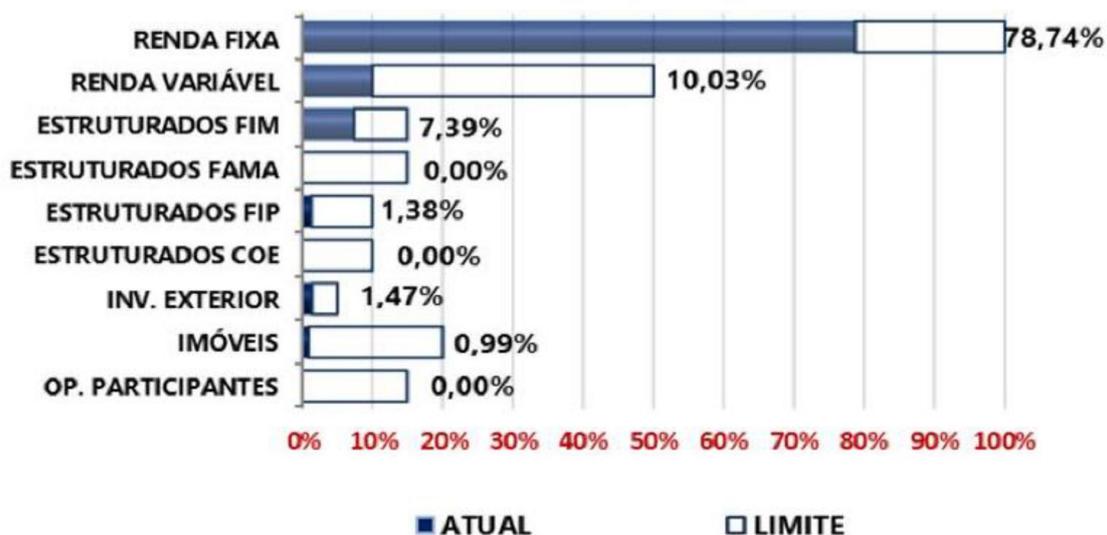
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Política de Investimentos					Resolução 4.661	
	31/12/2020		31/12/2019		2020 - OABPrev-SC		Máximo
Programa de Investimentos		%		%	Inferior	Superior	
Renda Fixa	164,894,423.75	78.55%	152,638,307.66	78.85%	50.00%	100.00%	100.00%
Renda Variável	21,004,458.60	10.01%	19,850,689.00	10.30%	0.00%	50.00%	70.00%
Investimentos Estruturados	18,365,812.75	8.75%	16,439,454.10	8.49%	0.00%	20.00%	20.00%
Investimentos no Exterior	3,078,420.15	1.47%	1,965,796.39	1.02%	0.00%	5.00%	10.00%
Imobiliário	2,073,221.74	0.99%	1,830,888.79	0.95%	0.00%	20.00%	20.00%
Empréstimos a Participantes	0	0.00%	0	0.00%	0.00%	15.00%	15.00%

CARTEIRA TOTAL	209,416,337.00	99.76%	192,725,135.94	99.61%
Tesouraria + Conta Corrente	496,268.43	0.24%	845,981.71	0.44%
PATRIMÔNIO TOTAL	209,912,605.43	100.00%	193,571,117.65	100.05%

Distribuição da Carteira



Limites de Alocação por Segmento



	31/12/2020		31/12/2019	
Modalidade de Investimentos	(R\$ Mil)	%	(R\$ Mil)	%
RENDA FIXA	154.251.074,31	73,48%	142.563.147,21	73,65%
Letras Financeiras do Tesouro	18.729.038,26	8,92%	27.999.252,25	14,46%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	44.714.399,79	21,30%	43.575.391,97	22,51%
Operações Compromissadas (over)	39.335.542,66	18,74%	7.400.539,50	3,82%
Letras Financeiras	14.394.579,80	6,86%	20.812.646,43	10,75%
Debêntures	3.773.070,14	1,80%	5.557.961,59	2,87%
Itau Soberano FI Ref. DI	1.309.211,72	0,62%	677.678,60	0,35%
Mongeral Aegon Inst. FI RF Créd. Priv.	10.588.775,45	5,04%	15.546.892,49	8,03%
SOMMA Torino FI Renda Fixa CP	21.406.456,50	10,20%	20.992.784,38	10,84%
MULTIMERCADOS	31.038.519,05	14,79%	26.357.788,81	13,62%
Bahia AM Maraú FIC Multimercado	645.593,68	0,31%	641.780,99	0,33%
SOMMA Polaris FIC Multimercado	2.662.474,10	1,27%	2.780.938,74	1,44%
Solis Capital Antares FIC Multimercado CP LP	2.410.655,01	1,15%	2.316.478,65	1,20%
Mauá Institucional FIC Multimercado	1.191.124,84	0,57%	1.158.376,16	0,60%
Mongeral Aegon Multimercado IE	2.573.836,45	1,23%	1.966.610,54	1,02%
Mongeral Aegon Macro FIC FIM	4.891.270,40	2,33%	3.337.184,32	1,72%
TG Safira FIC Multimercado	2.740.676,82	1,31%	2.697.140,10	1,39%
Novus Capital Institucional FIC Multimercado	2.487.330,55	1,18%	2.375.034,13	1,23%
Vinci Multiestratégia FI Multimercado	687.792,37	0,33%	1.446.989,06	0,75%
Vinci Valorem FI Multimercado	1.547.487,07	0,74%	1.441.689,63	0,74%
Kapitalo K Indus FIC Multimercado	1.275.610,47	0,61%	1.560.042,18	0,81%
Vinci Atlas Institucional FIC Multimercado	1.447.244,06	0,69%	200.000,00	0,10%
Kinea Atlas II FI Multimercado	1.560.713,40	0,74%	1.525.232,44	0,79%
Legacy Capital FIC Multimercado	1.585.545,79	0,76%	1.393.995,70	0,72%
SPX Nimitz Estruturado FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.516.296,17	0,78%
Vinci Internacional IE FIC Multimercado	360.831,12	0,17%	0,00	0,00%
A1 Hedge VNC FIC Multimercado	1.451.862,70	0,69%	0,00	0,00%
DAHLIA Total Return FIC Multimercado	1.518.470,22	0,72%	0,00	0,00%
FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES	2.884.850,35	1,37%	2.843.773,76	1,47%
Lacan Florestal FIP	1.881.443,43	0,90%	1.976.673,66	1,02%
Lacan Florestal II FIP	1.003.406,92	0,48%	867.100,10	0,45%
RENDA VARIÁVEL	21.241.893,28	10,12%	20.960.426,16	10,83%
Navi institucional FIC Ações	2.804.791,72	1,34%	2.713.049,73	1,40%
Vinci fatorial Dinâmico FI Ações	1.432.777,92	0,68%	1.454.863,20	0,75%
Vinci Mosaico FI Ações		0,00%	789.838,34	0,41%
Absolute Partners Institucional V FIC Ações	2.603.294,07	1,24%	1.431.331,00	0,74%
Bahia AM Valuation FIC Ações	0,00	0,00%	750.521,12	0,39%
SPX Apache FIC Ações	0,00	0,00%	583.164,21	0,30%
Mongeral Aegon FI Ações	1.749.171,02	0,83%	0,00	0,00%
VINCI Gas Dividendos FI Ações	1.523.866,91	0,73%	0,00	0,00%
Miles Virtus B FIC Ações	1.391.293,76	0,66%	0,00	0,00%
Opções	1.077.349,39	0,51%	675.091,80	0,35%
Ações	8.659.348,50	4,13%	12.562.566,76	6,49%
TESOURARIA	496.268,43	0,24%	845.981,71	0,44%
Saldo em Conta Corrente + Caixa	496.268,43	0,24%	845.981,71	0,44%
Total	209.912.605,43	100,00%	193.571.117,65	100,00%

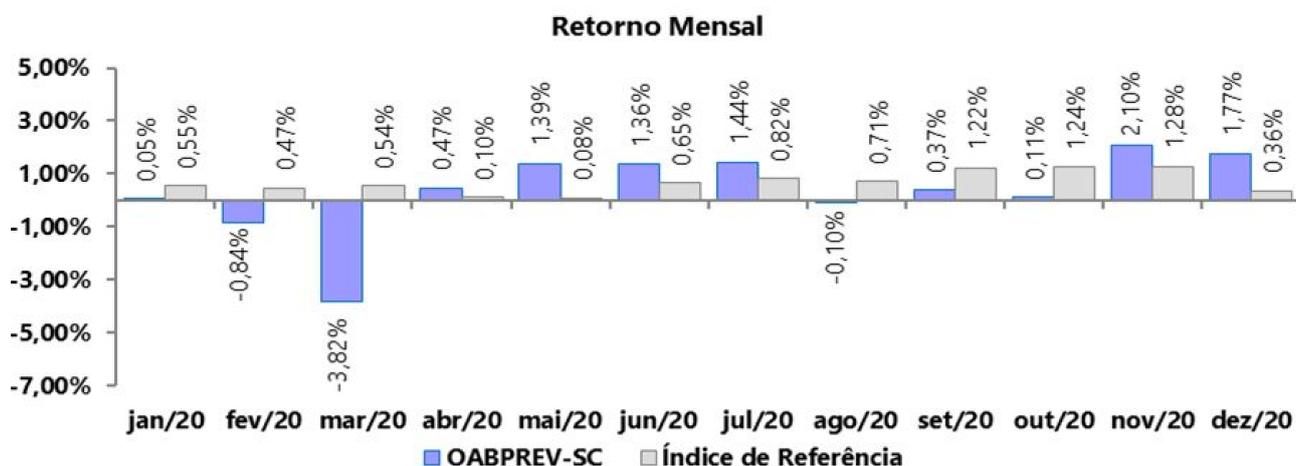
Os Quadros 01 e 02 relacionam o montante dos investimentos do OABPrev-SC com gestão terceirizada em 31/12/2020 em reais e percentuais relativos ao total de investimentos da Entidade. O quadro 1 segrega os investimentos por segmentos, considerando os limites previstos na resolução BACEN/CMN nº 4.661, bem como em relação aos limites aprovados na Política de Investimentos. O quadro 02, demonstra a carteira de investimentos do OABPrev-SC de forma aberta.

QUADRO 03 - DISTRIBUIÇÃO POR GESTOR TERCEIRIZADO		
GESTORES	31/12/2020	%
SOMMA Investimentos	78,206,614.04	37.26%
Mongeral Aegon Investimentos	91,095,591.42	43.40%
Vinci Gestão de Patrimônio	40,610,399.97	19.35%
Total dos Recursos Garantidores	209,912,605.43	80.65%

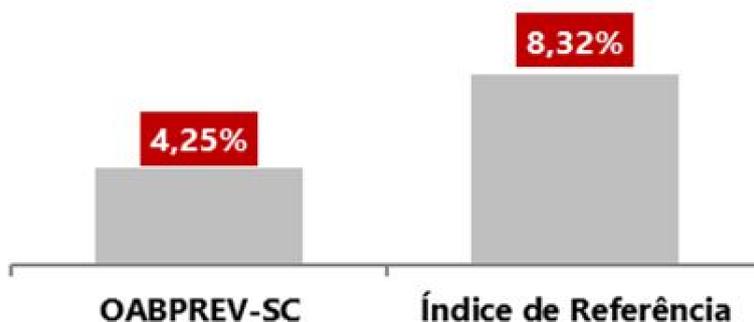
Conforme previsto pelo órgão regulador, os planos instituídos devem ter seus ativos geridos integralmente por instituição autorizada para referida atividade. A carteira do OABPrev-SC é gerida pela SOMMA Investimentos, Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

QUADRO 04 - COMPARATIVO DE RENTABILIDADE				
Rentabilidade por Segmento	OABPrev em %	Benchmark	em %	Comparativo no Ano (diferença)
Renda Fixa	4.43%	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	-3,89 p.p (excesso)
Renda Variável	22.36%	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	14,04 p.p (excesso)
Investimentos estruturados	1.97%	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	-6,35 p.p (excesso)
Investimentos no Exterior	11.09%	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	2,77 p.p (excesso)
Imóveis	-	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	não investiu em Imóveis
Operações com Participantes	-	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	não investiu em Operações com Participantes
Retorno Consolidado Obtido	4.25%	INPC + 4,24% a.a.	8.32%	51.08% do índice de referência

O índice de referência é INPC + 4,24%. Em 2019, totalizou 8,32%.



Retorno Acumulado no Ano



A pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2) marcou o ano de 2020. A ausência de algum tratamento ou vacina comprovadamente eficaz levou as autoridades a introduzirem duras medidas de isolamento social (“lockdown”) para conter o avanço da doença (Covid-19). Tais restrições levaram a economia global a passar por uma forte e abrupta contração. O amplo suporte de política econômica – tanto em termos de política fiscal quanto monetária – contribuiu para suavizar o impacto negativo das restrições sobre a atividade econômica. Além disso, o rápido desenvolvimento de vacinas para a Covid-19 manteve vivas as expectativas de que a crise pudesse ser superada.

Já no cenário nacional, o país também sofreu com os impactos econômicos da pandemia, com o primeiro semestre sendo o mais impactado – em função das medidas de restrição adotadas, principalmente, nos

meses de maio e abril. A partir de então, se observou uma recuperação da atividade econômica, ainda que de maneira desigual entre os setores. Diante disso, o país fechou o ano com queda de 4,1% no PIB, menor taxa da série histórica iniciada em 1996. Apesar disso, medidas de amparo à população, como o auxílio emergencial, e medidas de emprego e de crédito fizeram com que os impactos da pandemia na economia fossem mitigados, o que impediu uma queda ainda maior da atividade.

No que diz respeito à inflação, o ano foi marcado por pressões inflacionárias, à medida que a distribuição do auxílio emergencial compensou parte da perda de renda da população. Grupos como o de alimentos e bebidas, e o grupo de bens industriais foram os mais pressionados, sendo este último associado à paralisação de diversas cadeias produtivas em função das medidas de restrição. Por outro lado, a inflação do setor de serviços permaneceu baixa, uma vez que esse foi o setor mais afetado pela pandemia. Assim, o país terminou o ano com uma inflação de 4,5%, valor acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No cenário político, o ano foi marcado pelo aumento de incertezas e pela deterioração do cenário fiscal. As medidas acionadas para tentar conter os impactos da pandemia na economia aumentaram o déficit público e elevaram a dívida federal. Ainda, as reformas, consideradas essenciais para a retomada do crescimento econômico, não avançaram, dado que a agenda ficou voltada para o combate à pandemia. Assim como 2019, 2020 foi mais um ano com frustração das expectativas. Não apenas o crescimento econômico ficou comprometido, mas a deterioração fiscal e social se tornaram o principal desafio do país no pós-pandemia.

Por fim, diante do cenário de atividade enfraquecida, o Banco Central reduziu a Selic de 4,50% para 2,00%, fazendo com que a política monetária permanecesse amplamente acomodatória. Neste ambiente, a rentabilidade líquida dos participantes do OABPrev-SC foi de 4,25%, equivalente a 148%CDI e atingindo o 51,08% do seu índice de referência que acumulou 8,32% no ano.

QUADRO 05 - DESPESAS REFERENTES A ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
Custos	Ano de 2020
Taxa de Administração	-486,325.89
Taxa de Custódia	-133,719.51
Cetip	-68,622.63
Selic	-7,695.41
Anbima	-6,620.00
Fiscalização CVM	-57,253.56
Gestão Externa	-760,237.00

As despesas referentes a administração da carteira de investimentos, são oriundas do processo de gestão dos investimentos da Entidade.

Custódia: Itaú Unibanco S.A.

Gestão: SOMMA Investimentos S.A., Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

Administração: Intrag DTVM. S.A

Nos retornos informados no Quadro 04 já estão deduzidos os custos apresentados no quadro acima.

6. Informações Segregadas de Despesas dos Planos de Benefícios 2020

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2020	2019	Variação
Pessoal e Encargos	843.477,82	797.282,93	5,79%
Treinamentos/Congressos e Seminários	30.219,64	48.854,37	-38,14%
Viagens e Estadias	5.161,04	56.833,57	-90,92%
Consultoria Atuarial	12.000,00	14.000,00	-14,29%
Consultoria Contábil	74.860,07	58.097,16	28,85%
Serviço de Recursos Humanos	3.998,00	3.215,00	24,35%
Serviço de Informática	242.268,66	171.624,41	41,16%
Consultoria Jurídica	42.271,50	5.499,99	668,57%
Auditoria	16.283,40	16.800,00	-3,08%
Assessoria de Comunicação	20.522,75	20.400,00	0,60%
Consultoria de Investimentos	46.858,79	39.382,81	18,98%
Mensalidade Associações	9.662,32	9.306,76	3,82%
Brindes	19.293,71	38.987,02	-50,51%
Cartório	461,32	160,62	187,21%
Condomínio	11.728,58	11.413,92	2,76%
Correios	1.882,71	3.656,59	-48,51%
Energia Elétrica	7.288,99	9.950,80	-26,75%
Impressos	5.167,25	8.858,15	-41,67%
Internet	6.832,06	5.714,47	19,56%
IPTU	5.267,30	2.645,20	99,13%
Lanches e Refeições	503,62	1.011,55	-50,21%
Limpeza e Conservação	10.192,19	11.400,91	-10,60%
Locomoção	1.047,28	222,18	371,37%
Material de Consumo	4.854,68	5.072,88	-4,30%
Material de Expediente	2.268,62	2.224,75	1,97%
Manutenção e Conserto	13.279,18	6.974,41	90,40%
Publicidade e Propaganda	87.444,95	36.425,68	140,06%
Telefonia	19.574,81	24.955,91	-21,56%
INSS Autônomos	188,97	547,5	-65,48%
Aluguéis e Locações	7.737,65	8.302,21	-6,80%
Eventos e Patrocínios	28.055,19	65.035,11	-56,86%
Frete	975,00	847,52	15,04%

Seguros e Alvará	6.750,40	6.123,60	10,24%
Despesas Bancárias	249.364,63	217.601,17	14,60%
Equipamentos de pequeno valor	669,00	3.672,09	-81,78%
Certificadora	5.296,00	4.505,00	17,56%
Auxilio Funeral e Afins	300,00	680	-55,88%
Uniformes	-	5.384,00	-100,00%
Depreciações	42.192,48	42.124,67	0,16%
Criação e Desenvolvimento	-	1.045,60	-100,00%
PIS	18.496,03	14.496,47	27,59%
COFINS	113.776,47	89.208,99	27,54%
TAFIC	3.500,00	10.500,00	-66,67%
Demais despesas no exercício	2.172,42	3.097,24	-29,86%
Total	2.024.145,48	1.884.143,21	7,43%

7. Política de Investimentos

A Política de Investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do OABPREV-SC e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

A Política de Investimentos dos planos administrados pelo OABPREV-SC, referente ao exercício de 2021, objetiva:

- a. Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b. Dar transparência aos instituidores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a Entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e nas Instruções Normativas da Previc nº 06, de 14 de novembro de 2018 e nº 12, de 21 de janeiro de 2019.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano CD, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à EFPC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por in-

termédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

Conselho Deliberativo

Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.

Conselho Fiscal

Fiscalizar o cumprimento das disposições da Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais. Fiscalizar a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. Manifestar-se no relatório semestral de controle interno sobre a aderência da gestão à presente política. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais e sobre a execução orçamentária;

- Recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- Análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Diretoria Executiva

Propor a Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	
Responsabilidades	Objetivos
Providenciar todo o necessário para a implementação da Política de Investimentos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades de investimento.	Dirigir as atividades de investimentos, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)	
Responsabilidades	Objetivos
Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.	Dirigir as atividades de identificação, análise, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

Comitê de Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
Elaborar a proposição de Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.	Auxiliar a Diretoria Executiva na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
Opinar sobre a aplicação dos recursos garantidores.	Assessorar a Diretoria Executiva nas atividades de investimentos, cumprindo com as determinações normativas e da política de investimentos.
Propor a celebração de contratos com prestadores de serviços.	Executar as ações preparatórias para a contratação de prestadores de serviços relacionados a atividade de gestão dos investimentos.
Realizar as ações de seleção, monitoramento e avaliação de prestadores de serviços.	Viabilizar as atividades relacionadas a gestão de serviço de terceiros por meio da execução colegiada dos processos seletivos, que devem servir de base para a proposição de contratação, aplicação de penalidades contratuais ou descontinuidade dos contratos.
Tomar conhecimento das atas das reuniões, relatórios e demais documentos produzidos e/ou analisados pelo Comitê de Riscos.	O conhecimento dos processos e dos elementos que subsidiaram as conclusões do Comitê de Riscos, pode complementar e qualificar as informações que serão utilizadas para a formação de opinião técnica e proposições de operações, assim como lhe é facultado, no curso de sua atividade, solicitar aos membros do comitê de riscos a prestação de esclarecimentos, orientações e retirada de eventuais dúvidas, se for o caso.

Responsabilidades	Objetivos
Participar da elaboração e análise de pareceres, contratos, convênios e outros documentos relacionados com as atividades de sua área de atuação.	Caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes.
Consultar, analisar e/ou acompanhar alterações da legislação pertinente, a aplicabilidade de leis, normas, regulamentos, modelos, métodos e práticas relacionadas com as atividades de sua área de atuação.	Possibilitar o conhecimento das modificações normativas e subsidiar a construção de alternativas de investimento, considerando as restrições existentes na regulamentação vigente.
Realizar inspeções e emitir pareceres técnicos sempre que necessário, sobre assuntos relacionados a sua área de atuação.	Participar de atividades de avaliação de prestadores de serviço, a fim de subsidiar as decisões relativas aos terceirizados.
Planejar, elaborar, analisar e emitir pareceres sobre planos, programas, projetos relativos à sua área de atuação.	Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.
Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.	Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos, perseguindo níveis de rentabilidades suficientes para o atingimento das metas, dentro dos parâmetros de risco definidos.
Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, contratos, apresentações, etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.	Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
Identificar e analisar oportunidades de investimento no mercado.	Colaborar com a gestão da EFPC na identificação de oportunidades de alocação, enviando ao Comitê de Investimentos a proposta de realização de determinada operação.
Subsidiar, quando solicitado, os demais integrantes da EFPC nas suas atividades profissionais, oferecendo suporte técnico nas deliberações a serem proferidas.	Auxiliar na elaboração de relatórios, estudos, análises e pareceres com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão.

Política de Alçadas

A EFPC estabelece que qualquer operação envolvendo montante financeiro superior a 20% do total dos recursos garantidores (RGT) estará sujeita à aprovação prévia do Conselho Deliberativo. Nas demais operações abaixo do referido limite, a EFPC estabelece a seguinte parametrização de alçadas de decisão de cada instância:

LIMITES DE ALÇADA		
Carteira Própria e Fundos Exclusivos (gestão não discricionária)	% RGT	Competência
Títulos Públicos	10%	Diretoria Executiva
Ativos com exposição ao risco de crédito	5%	Diretoria Executiva
Ativos de renda variável	8%	Diretoria Executiva
Empréstimos de valores mobiliários	1%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento (gestão discricionária)	% RGT	Competência
Fundos de Investimento – Renda Fixa	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Renda Variável	8%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Estruturado	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Imobiliário	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento - Exterior	5%	Diretoria Executiva

Conflitos de Interesse

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Operações comerciais e financeiras não autorizadas

É vedado à EFPC realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

- I. Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II. Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e
- III. Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. A referida vedação não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.661/2018.

Público Interno – Participantes do processo decisório e de assessoramento

A EFPC não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente. Assim, qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da Entidade ou seus Instituidores.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da Entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

Público Externo – Prestadores de serviços

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente. Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, buscarão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses.

RELACIONAMENTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS E GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a EFPC define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

Adicionalmente aos critérios estabelecidos na IN Previc nº 12, os gestores de recursos deverão ser preferencialmente associados à Anbima, observando os princípios e regras do Código de Regulação e Melhores Práticas.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta política de investimentos.

Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVA	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100,00%	60,00%	50,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	70,00%	20,00%	0,00%	50,00%
ESTRUTURADO	20,00%	15,00%	0,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	20,00%	0,00%	0,00%	20,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,00%	0,00%	0,00%	15,00%
EXTERIOR	10,00%	5,00%	0,00%	10,00%

Rentabilidade e benchmarks

A rentabilidade auferida pelo plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5 (cinco) exercícios, de forma acumulada e por exercício encontra-se registrada na tabela a seguir:

RENTABILIDADE PASSADA - PLANO E SEGMENTO DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	2016	2017	2018	2019	2020	ACUMULADO
PLANO	13,61%	9,52%	6,74%	9,49%	4,25%	51,60%
RENDA FIXA	16,21%	10,32%	8,18%	8,35%	4,43%	56,93%
RENDA VARIÁVEL	7,74%	26,45%	-10,61%	NA	22,36%	49,01%
ESTRUTURADO	14,34%	7,11%	6,35%	12,35%	1,97%	49,21%
IMOBILIÁRIO	NA	NA	NA	NA	NA	NA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	NA	NA	NA	NA	NA	NA
EXTERIOR	NA	7,21%	0,42%	NA	11,09%	19,60%

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (benchmarks), foram estabelecidas, conforme tabela a seguir:

Entende-se como benchmark para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO
PLANO	INPC + 4,24% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
RENDA FIXA	CDI + 1,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
RENDA VARIÁVEL	IBrX-100	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
ESTRUTURADO	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
IMOBILIÁRIO	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	INPC + 8,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	7,42%
EXTERIOR	MSCI Global (BRL)	INPC + 4,24% a.a.	7,42%

8. Parecer Atuarial 2020

OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2020 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA, administrado pelo OABPREV-SC. Tem ainda como objetivo – com base nas informações relativas ao patrimônio para cobertura do plano - atestar o resultado técnico-atuarial.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2021, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e atestadas pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018 e Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2020 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS

Observada aprovação da Diretoria Executiva e Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2020 e que estarão vigentes no exercício de 2021:

- a) Taxa de Juros: 4,24% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f.

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam do Relatório de Aderência das Hipóteses disponibilizado à Entidade.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PBPA em 31/12/2020, data base da presente Avaliação Atuarial:

Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos	
DESCRIÇÃO	2020
Patrimônio Social	R\$ 209.870.630,02
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 206.457.273,07
Provisões Matemáticas	R\$ 206.457.273,07
Benefícios Concedidos	R\$ 15.778.760,02
Contribuição Definida	R\$ 15.778.760,02
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 15.778.760,02
Benefícios a Conceder	R\$ 190.678.513,05
Contribuição Definida	R\$ 190.678.513,05
Saldo – Empregadores	R\$ 0,00
Saldo – Participantes	R\$ 185.731.658,66
Saldo – Portabilidade de EFPC	R\$ 2.384.924,21
Saldo – Portabilidade de EAPC	R\$ 2.561.930,18
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 3.413.356,95
Fundos Previdenciais	R\$ 0,00
Fundos Administrativos	R\$ 3.413.356,95
Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PBPA, administrado pelo OABPREV-SC, apresentou em 31/12/2020 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pelo OABPREV-SC referente à data base 31/12/2020.

Assim, considerando o exposto no presente Parecer Atuarial se conclui que o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – PBPA encontra-se em equilíbrio técnico, destacando-se ainda que o Relatório de Avaliação Atuarial disponibilizado à Entidade contempla análises estatísticas e financeiras quanto ao programa administrativo, histórico de resgates, portabilidades, bem como em relação à população avaliada.

Belo Horizonte, 4 de março de 2021



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738
Lumens Consultoria Atuarial



Marco Antonio Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776
Lumens Consultoria Atuarial

9. Parecer do Conselho Fiscal 2020

Os membros do Conselho Fiscal do OABPrev-SC, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Liquido – DMAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Ativo Liquido – DAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidada; o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2020, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Florianópolis, 19 de març o de 2021.

Presidente: Rycharde Farah, CPF: 888.950.179-00

Vice-Presidente: Eliane Emília Machado Pacheco, CPF: 429.290.679-34

Titular: Jefferson Mário Santana, CPF: 007.509.209-39

Titular: Paulo Henrique Rocha Faria Jr, CPF: 485.920.999-00

Suplente: Dilnei Marcelino Jr, CPF: 016.146.159-00

Suplente: Juliana Borinelli Franzoi, CPF: 042.419.579-86

10. Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis de 2020

Os membros do Conselho Deliberativo do OABPrev Santa Catarina, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidada; o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, todos relativos ao exercício de 2020 e acatar o Parecer do Conselho Fiscal, deliberaram pela aprovação.

Florianópolis, 25 de março de 2021.

Presidente: Jorge David Pacheco, CPF:145.276.779-34

Vice-Presidente: Eni Terezinha Aragão Duarte, CPF: 179.824.309-10

Titular: Júlio Cesar de Souza, CPF:168.813.709-20

Titular: Marion Elisabete da Silva, CPF: 200.294.110-68

Titular: Célio Dalcanale, CPF: 548.096.309-00

Suplente: Handerson Rodrigues, CPF:033.188.799-16

Suplente: Kliwer Schmitt, CPF: 003.999.029-02



www.oabprev-sc.org.br
contato@oabprev-sc.org.br
48 32227440

Avenida Hercílio Luz, 639 - Sala 211 - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88020-000